



**Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região**

Vetor nº 283737 - Comitê de Governança e Estratégia (CGE)

Ata/Pauta - 18.09.2025 - 3ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) e do Comitê de Governança e Estratégia (CGE) (ID 15107267)

LUIZ
HENRIQUE
TACCONI 01
10/2025
SGE TRT9

CÉLIO
HORST
WALDRAFF
01/10/2025
TRT9

Agendamento (ID 15107268)

Data: 18/09/2025

Horário: 10h

Reunião Extraordinária: Não

Convidados:

Desembargador Presidente – Célio Horst Waldraff (**Coordenador do CGE**)

Desembargador Vice-Presidente – Marco Antônio Vianna Mansur

Desembargador Corregedor – Benedito Xavier da Silva

Desembargador Gestor de Metas – Desembargador Arion Mazurkevic (**Vice-Coordenador do CGE**)

Desembargadora Diretora da Escola Judicial – Ana Carolina Zaina

Desembargador Coordenador da Comissão de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição – Eliázer Antonio Medeiros

Desembargador Coordenador do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – Célio Horst Waldraff

Desembargador Coordenador do Comitê de Pessoas – Paulo Ricardo Pozzolo

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 1º Grau – Célio Horst Waldraff

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 2º Grau – Célio Horst Waldraff

Magistrada Coordenadora do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade – Angélica Cândido Nogara Slomp

Magistrado eleito como representante do 1º Grau de Jurisdição – Guilherme Mayer Amin

Secretária-Geral da Presidência – Maria Rosicler Cretella

Secretária-Geral Judiciária – Yonara Yoko Pozzolo

Diretor-Geral – Sandro Alencar Furtado

Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações – Eduardo Silveira Rocha

Diretor da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística – Luiz Henrique Tacconi (**Secretário do CGE**)

Diretor da Secretaria de Auditoria Interna – Fabrício Teilo de Araujo

Assessor da Assessoria de Comunicação Social – Heliberton Cesca

Assessora de Gabinete de Desembargador representante do 2º Grau de Jurisdição – Roberta de Biasio Pires



Diretor de Secretaria de Vara do Trabalho representante do 1º Grau de Jurisdição

– Adair José Bolzon

Magistrado Presidente da AMATRA IX – Daniel Roberto de Oliveira

Representante do Sinjutra – Pedro Ivan Perar

Representante da OAB-PR – Luiz Fernando Casagrande Pereira

Presidente da AATPR – Marco Aurélio Guimarães

Procuradora-Chefe do MPT-PR – Patrícia Blanc Gaidex

Juíza Auxiliar da Corregedoria – Hilda Maria Brzezinski Da Cunha Nogueira

Juíza Auxiliar da Presidência – Simone de Galan Figueiredo

Secretário da Corregedoria Regional – Sandro Augusto Haisi



Local da reunião: Videoconferência

Participantes:

Membros do Comitê de Governança e Estratégia:

Desembargador Presidente – Célio Horst Waldraff (Coordenador do CGE)

Desembargador Vice-Presidente – Marco Antônio Vianna Mansur

Desembargador Gestor de Metas – Desembargador Arion Mazurkevic (Vice-Coordenador do CGE)

Desembargadora Diretora da Escola Judicial – Ana Carolina Zaina

Desembargador Coordenador do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação – Célio Horst Waldraff

Desembargador Coordenador do Comitê de Pessoas – Paulo Ricardo Pozzolo

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 1º Grau – Célio Horst Waldraff

Desembargador Coordenador do Comitê Orçamentário e de Finanças de 2º Grau – Célio Horst Waldraff

Magistrada Coordenadora do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade – Angélica Cândido Nogara Slomp

Magistrado eleito como representante do 1º Grau de Jurisdição – Guilherme Mayer Amin

Servidor representante da Secretaria-Geral da Presidência – Marcelo Iansen Loureiro

Secretária-Geral Judiciária – Yonara Yoko Pozzolo

Diretor-Geral – Sandro Alencar Furtado

Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações – Eduardo Silveira Rocha

Diretor da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística – Luiz Henrique Tacconi (Secretário do CGE)

Assessor da Assessoria de Comunicação Social – Heliberton Cesca

Assessora de Gabinete de Desembargador representante do 2º Grau de Jurisdição – Roberta de Biasio Pires

Demais convidados participantes:

Magistrado Presidente da AMATRA IX – Daniel Roberto de Oliveira

Representante do Sinjutra – Pedro Ivan Perar

Servidor da Escola Judicial – Daniel Rodney Weidman Junior

Juíza Auxiliar da Corregedoria – Hilda Maria Brzezinski da Cunha Nogueira



Servidores da Secretaria da Corregedoria Regional – Cristhian Da Silva Tambosi e Patrícia Carricondo Virges

Secretário da Corregedoria Regional – Sandro Augusto Haisi

Servidores da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística – Cláudia Cristina Thamm Otta, Israel Petrônio De Souza, Juliana Ferreira Rebouças, Luiz Francisco De Souza e Tatiane Centeno Prestes


LUIZ
HENRIQUE
TACCONI 01
10/2025
SGE TRT9


CÉLIO
HORST
WALDRAFF
01/10/2025
TRT9

Itens da reunião (ID 15107276)

Item 1 da Pauta (ID 15107277)

Nome do item: Resultados do TRT-PR nas Metas Nacionais de janeiro a agosto de 2025

Descrição:

O Desembargador Presidente **Célio Horst Waldraff**, Coordenador do Comitê de Governança e Estratégia, declarou aberta a reunião, cumprimentando e agradecendo a presença de todos.

Em seguida, o servidor **Luiz Henrique Tacconi**, Diretor da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística, iniciou explicando que a reunião, tradicionalmente realizada no final do ano, foi antecipada para setembro a fim de permitir tempo hábil para a realização de eventuais ajustes necessários ao cumprimento das metas estabelecidas.

Reforçou que as Metas Nacionais definidas anualmente pelo CNJ são integralmente incorporadas ao Plano Estratégico Institucional do TRT-PR (PEI TRT-PR). Para 2025, o plano contempla as sete Metas Nacionais estabelecidas pelo CNJ, sendo quatro de natureza processual e três de natureza não processual, voltadas à inovação, ao combate ao trabalho infantil e à promoção da saúde, e uma meta institucional, com foco específico na fase de execução. Ressaltou que, ao longo do ano, os glossários e orientações publicados pelo CNJ passaram por atualizações, o que pode ter provocado alterações nos dados apresentados nas reuniões realizadas.

Na sequência, passou a expor os resultados das metas no período de janeiro a agosto de 2025.

Meta Nacional 1 - Julgar mais processos que os distribuídos

- Embora a meta não esteja sendo cumprida mesmo considerando a cláusula de barreira, observa-se uma redução contínua na taxa de congestionamento líquido na fase de conhecimento ao longo do ano, conforme o esperado, sendo que a tendência é de que a meta seja alcançada até 31/12. Considerando o valor da taxa de congestionamento dos últimos 12 meses, a meta estaria sendo cumprida.



- Foi realizado um levantamento adicional com dados brutos (casos novos versus solucionados), evidenciando aumento em relação a 2024, são mais de 14 mil casos novos em 2025.



LUIZ
HENRIQUE
TACCONI 01
/10/2025
SGE TRT9



CÉLIO
HORST
WALDRAFF
01/10/2025
TRT9

Meta 2 - Julgar processos mais antigos

- A Parte 1 da meta está sendo cumprida.
- A Parte 2 da meta está sendo cumprida pelo 2º grau. Em relação ao 1º grau, resta 1 processo a ser julgado para que a meta seja atingida. A Corregedoria está ciente e analisando sobre a possibilidade de atendimento.
- Na proposta da Justiça do Trabalho de metas para 2026, foi sugerida a redução do percentual para 99% nos próximos anos, mas no caso do Tribunal, com volume de processos pendentes é baixo, a redução não traria impacto prático.

Meta Nacional 3 - Estimular a conciliação

- A meta está sendo cumprida tanto pelo resultado quanto pelo percentual mínimo de 38%.

Meta Nacional 5 - Reduzir a taxa de congestionamento

- Considerando o critério atual de aferição, período de janeiro a agosto, a meta não está sendo cumprida. Porém, observa-se uma redução contínua na taxa de congestionamento líquida ao longo do ano, sendo a previsão de atingimento da meta até 31/12.
- Levando-se em conta o valor da taxa de congestionamento dos últimos 12 meses, a meta estaria sendo cumprida.

Meta Institucional - Impulsionar processos à execução

- É uma meta específica do PEI TRT-PR.
- O Índice de Extinção na fase de Cumprimento de Sentença é acompanhado pela Corregedoria e está com percentual acima do esperado.
- Observa-se que, nos últimos anos, as unidades têm sistematicamente extinguido mais execuções do que são iniciadas.

Meta Nacional 9 - Estimular a Inovação no Poder Judiciário

- Os dois projetos do Laboratório de Inovação foram realizados com as parcerias formalizadas, tendo sido atendidos os dois critérios para cumprimento da meta.
- Não há ações pendentes, aguardando apenas avaliação final do CNJ.

Meta Nacional 10 - Promover os direitos da criança e do adolescente

- A iniciativa escolhida para 2025 foi o “Concurso estadual de poesias”.
- A ação encontra-se nos trâmites finais de assinatura do termo de parceria entre as instituições envolvidas.





LUIZ
HENRIQUE
TACCONI 01
10/2025
SGE TRT9



CÉLIO
HORST
WALDRAFF
01/10/2025
TRT9

Meta Específica da JT - Promover a saúde de magistrados e servidores

- A meta está mais ampla em 2025 do que nos anos anteriores, com foco no Programa de Saúde e Qualidade de Vida.
- Destaque para a ação realizada “Campanha de vacinação”, que teve adesão superior a 50%.
- O percentuais de exames periódicos realizados já foram atingidos, 30% dos magistrados já realizaram e quase 50% dos servidores.
- A três ações definidas foram realizadas com êxito.
- Considera-se a meta cumprida.

Concluiu a apresentação dos resultados, passando para o item seguinte da pauta.

Solução Proposta:

Tema de caráter expositivo e de prestação de contas.

Deliberação:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

Item 2 da Pauta (ID 16402483)

Nome do item: Andamento da elaboração das Metas Nacionais para o ano de 2026

Descrição:

Na sequência, o servidor **Luiz Henrique Tacconi** informou sobre o andamento do processo de elaboração das Metas Nacionais para o ano de 2026. Em agosto de 2025, ocorreu a reunião preparatória para definição das metas, sendo consolidada a Proposta de Metas da Justiça do Trabalho para 2026. As Metas Nacionais para 2026 serão consolidadas e aprovadas no 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário que ocorrerá em dezembro. Destacou as alterações nos enunciados das metas já existentes em comparação com as Metas Nacionais de 2025 e apresentou as três novas metas propostas: Índice de Promoção da Equidade Racial, Meta de Execução e Meta de Participação Institucional entre órgãos estaduais.

Solução Proposta:

Tema de caráter expositivo e de prestação de contas.

Deliberação:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.



Item 3 da Pauta (ID 16402476)


LUIZ
HENRIQUE
TACCONI 01
10/2025
SGE TRT9


CÉLIO
HORST
WALDRAFF
01/10/2025
TRT9

Nome do item: Revisão do Plano Estratégico Institucional

Descrição:

Dando continuidade, o servidor **Luiz Henrique Tacconi** informou sobre o andamento do processo de revisão do PEI TRT-PR de 2025, que depende de três elementos principais: a metas aprovadas no Encontro Nacional do Poder Judiciário (ENPJ) realizado anualmente, a consolidação dos glossários do CNJ e CSJT com critérios técnicos e a atualização do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho (PE-JT), do qual o plano regional deriva, que ainda não ocorreu neste ano. Informou também que, para evitar que a revisão do PEI TRT-PR ocorra tão tarde, no próximo, pretende-se iniciar o processo no primeiro semestre, assim que forem disponibilizadas as primeiras versões dos glossários.

Sobre as etapas do processo de revisão, explicou que alterações menores, como a atualização de metas e indicadores, são realizadas anualmente, enquanto alterações maiores, como nos objetivos estratégicos, costumam ocorrer somente no início do ciclo, salvo exceções justificadas. As propostas de alterações são submetidas inicialmente ao Comitê de Governança e Estratégia e, posteriormente, encaminhadas para apreciação do Tribunal Pleno. A revisão atual está em tramitação e deverá ser apreciada na sessão plenária de setembro.

Proseguiu destacando o aumento no número de indicadores nos últimos anos. Em 2024, em razão da revisão do PE-JT visando que cada objetivo estratégico tenha pelo menos uma meta associada, houve a inclusão de 13 novos indicadores estratégicos, somando-se às metas nacionais. A previsão é que em 2026, sejam 23 metas a serem acompanhadas. Registrhou a preocupação da SGE com o aumento excessivo de metas, em contraste com o posicionamento dos magistrados e servidores da Justiça do Trabalho em relação à redução do número de metas e a consolidação dos temas.

Concluiu apresentando as etapas previstas do processo para a elaboração da Estratégia Nacional 2027-2032 conduzido pelo CNJ. O cronograma definido para as atividades foi iniciado em março deste ano e se estende até meados de 2026.

O CSJT coordenará a elaboração do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho para o novo ciclo, que deverá ser desdobrado regionalmente.

Solução Proposta:

Tema de caráter expositivo e de prestação de contas.

Deliberação:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.



Item 4 da Pauta (ID 16402469)

Nome do item: Outras demandas estratégicas

Descrição:

Na sequência, sobre o Ranking da Transparência, o servidor **Luiz Henrique Tacconi** ressaltou o excelente resultado do Tribunal, sendo a pontuação geral bem superior ao anos anteriores, lembrou que o resultado reflete no Prêmio CNJ de Qualidade.

Em relação ao Prêmio CNJ de Qualidade, informou que os prazos encerraram em 31/07/2025. Os resultados preliminares devem ser divulgados pelo CNJ até o final do mês de setembro, com a possibilidade de interposição de recursos. Estima-se um resultado semelhante ao do ano anterior, com possível manutenção da premiação na categoria “Prata”, porém com melhor colocação. Destacou o bom desempenho de iniciativas relacionadas com a melhoria do DataJud e iGovTIC-JUD.

Concluiu reforçando a importância do alinhamento com as unidades responsáveis pelos itens de atendimento das várias demandas, além das metas previstas, as cinco demandas estratégicas principais: Levantamento de Governança do TCU, Prestação de Contas do TCU, Prêmio CNJ de Qualidade e Ranking da Transparência, que somam aproximadamente mil itens de controle. O Painel de Gestão de Demandas Estratégicas, disponibilizado pela SGE, permite a consulta dos itens filtrando por unidade e servidor responsável para acompanhamento do atendimento pelos gestores.

O Desembargador Presidente **Célio Horst Waldraff** parabenizou a apresentação e os resultados obtidos pelo Tribunal. Destacou a evolução do Tribunal mesmo diante do aumento do número de casos novos e da complexidade dos processos para julgamento. Reforçou que, embora as metas sejam uma técnica de gestão parcial, são os instrumentos disponíveis no momento.

O Juiz Presidente da Amatra IX **Daniel Roberto de Oliveira** reiterou o questionamento sobre divergências entre o painel do CSJT (considerado para metas 1 e 2) e o painel do magistrado desenvolvido pela SGTIC. Questionou se seria possível considerar para aferição da Licença Compensatória o painel do magistrado, que em algumas situações, apresenta números mais favoráveis.

O servidor **Luiz Henrique Tacconi** explicou que houve divergências entre os painéis devido à interpretação dos glossários e à construção distinta dos painéis internos, mas que de 2025 em diante os scripts liberados pelo CSJT permitiram alinhamento dos critérios. Portanto, agora os painéis são praticamente idênticos, salvo diferença de tempo de atualização, no Tribunal a atualização é diária, no CSJT considera os meses fechados. Reforçou que os dados devem ser comparados sempre considerando o mesmo período fechado, e que eventuais divergências sejam sempre reportadas.

O servidor **Israel Petrônio de Souza**, confirmou que os scripts agora utilizados para atualização das informações do Tribunal estão idênticos aos do CSJT, e, que


LUIZ
HENRIQUE
TACCONI 01
10/2025
SGE TRT9


CÉLIO
HORST
WALDRAFF
01/10/2025
TRT9





LUIZ
HENRIQUE
TACCONI 01
/10/2025
SGE TRT9



CÉLIO
HORST
WALDRAFF
01/10/2025
TRT9

eventuais divergências decorrem do tempo de atualização: painel do CSJT trabalha com mês fechado, enquanto o local tem dados atualizados até o dia anterior. Reforçou que, ao sincronizar os períodos, os dados coincidem completamente.

A Desembargadora Diretora da Escola Judicial **Ana Carolina Zaina** parabenizou a equipe pelo excelente desempenho institucional e reiterou o pedido para que o próximo planejamento estratégico inclua metas específicas voltadas à Escola Judicial, permitindo assim, a elaboração de planos de capacitação mais eficazes e alinhados com as necessidades das unidades.

A Juíza Coordenadora do Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade **Angélica Cândido Nogara Slomp** ressaltou a importância do acompanhamento dos painéis após as alterações da Resolução CSJT 372/2023, que dispõe sobre a acumulação de funções administrativas e processuais extraordinárias no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, pela Resolução CSJT 414/2025. Explicou que, para fins de licença compensatória, não é mais suficiente julgar 100% dos processos, e sim alcançar a média do tribunal. A média atual, conforme informado pela SGE, é de 946 processos por vara no primeiro grau, sendo que 70% dessa média corresponde a 662 processos. Informou que seria solicitado à Presidência autorização para divulgação desses valores a todos os magistrados de primeiro grau, pois a mesma não é visível nos painéis, sendo apurada mediante solicitação específica.

Desembargador Presidente **Célio Horst Waldraff** encerrou a reunião agradecendo a todos pela presença.

Solução Proposta:

Tema de caráter expositivo e de prestação de contas.

Deliberação:

Por se tratar de tema de caráter expositivo e de prestação de contas, não cabiam deliberações.

